

TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS COMUNITÁRIAS: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS EM PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Community territories and borders: international experiences in university extension practices

Mayara Silva Nascimento – Ecossistema Ânima de Aprendizagem; Cristina de Matos Boaventura – Centro Universitário UNA; Juliana Paludo Vallandro – Ecossistema Ânima de Aprendizagem; Tatiana da Silva Gomes – Ecossistema Ânima de Aprendizagem; Juliana Lopez de Oliveira - Ecossistema Ânima de Aprendizagem; Ivonete Steinbach Garcia - Ecossistema Ânima de Aprendizagem

mayara.s.nascimento@ages.edu.br, cristina.boaventura@prof.una.br,

juliana.vallandro@animaeducacao.com.br, tatiana.gomes@una.br;

juliana.lopez@animaeducacao.com.br; ivonete.garcia@animaeducacao.com.br

Resumo: Este artigo analisa estratégias para integrar a presencialidade regulatória às vivências territoriais de participantes em atividades de extensão no ensino superior a distância (EAD) de IES privadas vinculadas a um grupo educacional no Brasil. A extensão universitária, realizada em territórios comunitários, promove cooperação, solidariedade e transformação social. O estudo destaca o potencial do EAD em transcender fronteiras, permitindo que estudantes brasileiros elaborem intervenções com base em vivências internacionais. Focado em participantes residentes no exterior, o trabalho evidencia como a extensão conecta territórios locais e globais, fortalecendo a participação democrática e o protagonismo estudantil na construção de soluções de alcance global.

Palavras-chave: Presencialidade; Território; Análise social; Extensão universitária.

Abstract: This article analyzes strategies for integrating regulatory in-person requirements with the territorial experiences of participants engaged in extension activities within distance higher education (EAD) at private institutions linked to an educational group in Brazil. University extension activities conducted in community territories foster cooperation, solidarity, and social transformation. The study highlights the potential of distance education to transcend boundaries, enabling Brazilian students to design interventions based on international experiences. Focusing on participants residing abroad, the work demonstrates how extension activities connect local and global territories, strengthening democratic participation and student leadership in developing solutions with global impact.

Keywords: Presentability; Territory; Social analysis; University extension.

1 Introdução

Em um país marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas, a implementação de cursos de Educação a Distância (EaD), no Brasil, representou um marco transformador no cenário educacional, permitindo a expansão do acesso ao ensino superior para um número significativamente maior de pessoas e promovendo, assim, a democratização do saber.

Historicamente, os cursos de EaD no Brasil têm suas origens na década de 1930, com iniciativas inovadoras como o ensino por correspondência. Contudo, foi a partir da década de 1990, com o avanço das tecnologias digitais e o apoio do Ministério da Educação (MEC), que a EaD se consolidou como uma modalidade educativa estruturada e regulamentada. Esse desenvolvimento foi crucial para alcançar regiões onde a educação presencial era limitada, possibilitando, por meio de tecnologias da informação e comunicação e materiais didáticos específicos, a formação de milhares de estudantes que, de outra forma, não teriam acesso à educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) estabeleceu os fundamentos legais para a inserção da EaD no sistema educacional brasileiro. A partir dessa legislação, a oferta de cursos a distância passou a ser regulamentada em diferentes níveis de ensino, desde a educação básica até o ensino superior. Essa modalidade tornou-se uma alternativa relevante para populações como trabalhadores e residentes de áreas rurais ou urbanas periféricas, que enfrentavam dificuldades para acessar o ensino presencial. O crescimento significativo da EaD ao longo dos anos tem sido impulsionado por políticas públicas e avanços tecnológicos, que buscam garantir a qualidade e a expansão dessa modalidade no país (BRASIL, 1996).

Nos últimos anos, além da implementação da EaD, as universidades têm ampliado seu enfoque. De instituições anteriormente voltadas quase exclusivamente para atividades de ensino, elas passaram a incorporar a pesquisa e a extensão como elementos essenciais de sua missão. Essa evolução reflete uma visão ampliada do papel universitário, que agora busca atuar diretamente na sociedade, promovendo trocas de saberes e contribuindo para o desenvolvimento social e cultural das comunidades. A extensão universitária é atualmente definida como um processo educacional interdisciplinar, que visa articular e fortalecer a comunicação entre universidade e sociedade (PNEU, 2012). Com base na Resolução CNE/CES nº 7/2018, determinou-se que a extensão deva compor, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação. Essa diretriz busca integrar as atividades de extensão à formação acadêmica, promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais, além de reforçar o compromisso das universidades com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

O Parecer CNE/CES nº 608/2018 também incentivou as instituições de ensino superior a alinhar suas atividades de extensão às políticas públicas e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isso inclui o estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, ampliando o alcance e a eficácia de suas ações (CNE, 2018). Atualmente, a extensão ocupa um papel central na formação integral dos estudantes, consolidando-se como um pilar indispensável da educação superior no Brasil, especialmente através de uma formação profissional conectada com as necessidades do mundo contemporâneo. Essa modalidade não apenas promove o exercício pleno da cidadania, mas também estimula a criação de projetos voltados às demandas das comunidades locais e regionais. Iniciativas nas áreas de saúde, educação, cultura e direitos humanos têm gerado benefícios diretos para a população, reforçando o impacto social das universidades.

Diante desse contexto, o objetivo geral deste artigo é analisar estratégias para integrar a presencialidade regulatória às vivências territoriais de participantes em cursos de extensão no ensino superior a distância (EAD), destacando o papel da extensão universitária no fortalecimento da transformação social, participação democrática e conexão entre territórios locais e internacionais. Especificamente: 1. Investigar como a presencialidade regulatória pode ser conciliada com as vivências territoriais em cursos de extensão universitária no EAD; 2. Identificar o impacto da extensão universitária em territórios comunitários na promoção de cooperação, solidariedade e mobilização social; 3. Avaliar o potencial do EAD em transcender fronteiras e acolher estudantes brasileiros em experiências internacionais de extensão, conectando-os com outros territórios, vivências e pessoas; 4. Analisar a elaboração de planos de intervenção desenvolvidos por participantes com base em vivências territoriais e internacionais; 5. Refletir sobre o papel da extensão universitária como catalisadora da transformação social e promotora de soluções com alcance global.

Neste artigo, os participantes são compreendidos como indivíduos que integram as ações de extensão na condição de beneficiários diretos. Especificamente, considerando a interface entre os

TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS COMUNITÁRIAS: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS EM PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

programas de Internacionalização e a Extensão Universitária nas Instituições de Ensino Superior (IES), esses participantes tiveram um papel ativo nos cursos de extensão, viabilizados por meio de parcerias interinstitucionais. Nesse contexto, atuaram na apropriação de conceitos, teorias e abordagens metodológicas, contribuindo para a contextualização local das atividades extensionistas, sob a orientação de estudantes extensionistas brasileiros.

Foram selecionados quatro relatórios entregues por participantes inscritos em atividades de cursos e projetos de extensão vinculados às IES de um grupo educacional privado do país, concluídos em novembro de 2024, a partir do universo geral de matrículas no componente para o semestre de 2024/2. Os relatórios foram produzidos através de uma plataforma de gestão de projetos, utilizando instrumentos de geolocalização, comprovação de presencialidade e outras evidências que condicionam a aprovação do estudante e a integralização da carga horária em seu plano curricular. Os critérios de seleção estipulados foram: Atendimento aos itens avaliativos previstos na diretriz; Atendimento às evidências de presencialidade; Representação do impacto do EAD integrado à extensão universitária; Estudantes matriculados nas IES do grupo, com papel de protagonismo na orientação de atividades extensionistas como monitores; Desdobramento na realidade prática de vivência dos participantes.

2 Extensão universitária, presencialidade e territórios à luz crítica do artigo 9º da Resolução (CNE, 2018)

A extensão universitária é uma dimensão acadêmica que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior (IES) e a sociedade, fortalecendo a função social das universidades. Nesse contexto, o território se configura como um elemento central para as ações extensionistas, ao servir como espaço de vivências, articulação de saberes e construção de práticas colaborativas.

Na perspectiva de Milton Santos, o território é concebido como um recorte espacial que vai além de sua dimensão física, sendo moldado pelas relações sociais, culturais, históricas e econômicas. Ele é o palco onde as práticas humanas, enraizadas na herança cultural de um povo, se desenvolvem e se articulam com o contexto global. O território não é uma forma fixa e definitiva, mas um espaço dinâmico e dialético, onde coexistem elementos de diferentes períodos históricos, refletindo a continuidade e a transformação das influências históricas sobre os sistemas espaciais e temporais (SANTOS, 2000). Essa abordagem evidencia a indissociabilidade entre território e história, demonstrando que o presente é condicionado pelas estruturas e processos do passado (SAQUET, 2007).

Nesse sentido, o conceito de território transcende a definição geográfica e inclui dimensões socioculturais, econômicas, históricas e políticas. Ele se caracteriza como um espaço dinâmico, dotado de especificidades e potencialidades que influenciam e são influenciadas pelas ações realizadas. Assim, compreender o território é essencial para que as atividades extensionistas sejam contextualizadas, respeitem as particularidades locais e atendam às reais demandas da comunidade. Consoante as atividades extensionistas, estas que promovem o diálogo entre saberes acadêmicos e os chamados "saberes notórios" ou "saberes populares", presentes no território, a partilha de conhecimentos favorece o reconhecimento da diversidade cultural e epistemológica, possibilitando que a universidade deixe de ser um espaço apenas de transmissão de conteúdos e se transforme em um ambiente de produção coletiva de saberes (OLIVEIRA; CHASSOT, 2019).

Atividades extensionistas fundamentadas na compreensão do território têm o potencial de gerar impactos sociais significativos. Exemplos incluem a implementação de tecnologias sociais adaptadas às necessidades locais, o fortalecimento de lideranças comunitárias e a promoção de práticas sustentáveis. Essas iniciativas contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando o papel das IES como agentes de desenvolvimento regional (PNE, 2014). Apesar de sua relevância, o território ainda enfrenta desafios de reconhecimento no planejamento e execução de atividades extensionistas. Muitas vezes, intervenções descontextualizadas desconsideram as especificidades locais, resultando em ações de impacto limitado ou que não dialogam com as realidades da comunidade. Para superar esses desafios, é necessário um processo contínuo de mapeamento participativo, escuta ativa e construção coletiva de soluções.

Com a curricularização da extensão, mesmo que tardia, chamou-se atenção para o artigo 9º, que regulamenta a atividade para os cursos ofertados na modalidade a distância:

Nos cursos superiores, na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas, presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado, observando-se, no que couber, as demais regulamentações, previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância (CNE, 2018).

Considerando o contexto do ensino a distância (EAD), onde os estudantes geralmente estão isolados em seus próprios espaços de aprendizagem, o direcionamento do artigo supracitado torna-se particularmente relevante. As atividades de extensão demandam maior conexão dos estudantes com espaços de vivência e convivência, permitindo o desenvolvimento de competências socioemocionais essenciais, especialmente aquelas voltadas para a responsabilidade, análise social e valores de cidadania. Contudo, surge um desafio específico relacionado à orientação que determina a realização dessas atividades "*em região compatível com o polo de apoio presencial*" (CNE, 2018). Essa característica distintiva da modalidade contrasta com a exigência de realização presencial das atividades de extensão em polos regionais, criando barreiras de acesso significativas. Os custos elevados de deslocamento e a dificuldade prática de comparecimento presencial no polo podem resultar na exclusão de parte dos discentes, comprometendo o caráter inclusivo e democrático do ensino a distância. Além disso, é importante ressaltar que as atividades de extensão possuem um caráter comunitário, podendo ser mobilizadas nos territórios onde os próprios alunos vivem. Afinal, é nesses locais que irão atuar como cidadãos e profissionais, num exercício de criação de soluções para as suas próprias demandas.

A formação de estudantes para intervir em territórios diversos é um aspecto crucial, exigindo que compreendam os contextos históricos e culturais das comunidades, cultivem empatia e desenvolvam habilidades para o trabalho interdisciplinar e intersetorial. Essa abordagem fortalece a formação integral e o compromisso com a transformação social. O envolvimento em atividades de extensão é essencial para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, trabalho em equipe e compreensão intercultural. No entanto, a obrigatoriedade da presencialidade em polos pode limitar o engajamento pleno dos estudantes em contextos que refletem sua realidade social e cultural. A formação integral dos estudantes exige que eles compreendam os contextos históricos e culturais das comunidades em que atuam, desenvolvendo habilidades que favoreçam o trabalho interdisciplinar e intersetorial.

As atividades de extensão possuem como fundamento o fortalecimento da relação entre a universidade e as comunidades locais, promovendo transformações sociais e culturais. No entanto, a orientação normativa que restringe essas atividades ao entorno do polo presencial ignora o potencial transformador das ações realizadas nos territórios de vivência dos estudantes. A

TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS COMUNITÁRIAS: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS EM PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

possibilidade de atuar diretamente em suas comunidades permitiria aos alunos desenvolver competências diretamente relacionadas às demandas locais, potencializando o impacto comunitário e o aprendizado (OLIVEIRA; CHASSOT, 2019).

Nesse contexto, é preciso levar em consideração diferentes estratégicas que respeitem os itens regulatórios e oportunizem diferentes recursos para acolhimento dos estudantes nesse componente curricular, a exemplo de: 1. Fortalecer o conceito de território de vivência do estudante, com supervisão remota ou local, mantendo o caráter comunitário das ações; 2. Fortalecer a integração entre polos e comunidades locais, ampliando as oportunidades de engajamento dos estudantes; 3. Utilizar ferramentas e tecnologias digitais para o planejamento, acompanhamento e registro das atividades de extensão, promovendo maior alinhamento com os objetivos extensionistas.

Diante disso, ao longo do próximo tópico demonstraremos como o território é mais do que um palco para as atividades extensionistas; ele é um coautor no processo de transformação social e acadêmica, somado com o exercício de internacionalização. A valorização do território permite que as ações extensionistas sejam verdadeiramente inclusivas, participativas e relevantes, promovendo o desenvolvimento humano e o fortalecimento das comunidades. Assim, ao posicionar o território no centro de suas estratégias, as nossas IES reforçam seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, reafirmando a extensão universitária como uma prática fundamental para a democratização do conhecimento e a promoção da cidadania.

3 Oportunidades de conectar territórios e internacionalização por meio das modalidades de extensão: alunos além-fronteiras brasileiras

Nas 17 Instituições de Ensino Superior (IES) vinculadas a um grupo educacional privado do país, abordado neste artigo, a Política de Extensão Universitária é implementada de forma abrangente, atendendo a todas as modalidades de oferta previstas pela Resolução CNE (2028). Essa política tem como objetivo central garantir espaços ampliados para a prática extensionista, promovendo a interação entre a academia e a sociedade.

Entre as modalidades destacadas, enfatizam-se os cursos e os projetos de extensão. Os territórios e temas são personalizados pelos estudantes, respeitando princípios de um currículo integrado e baseado em competências. Os cursos de extensão possuem um caráter formativo e de desenvolvimento de competências para análise social, focado na ampliação do repertório cultural e acadêmico. Nesse contexto, o protagonismo estudantil se manifesta por meio de atividades que promovem a contextualização dos territórios. Tais atividades possibilitam um exercício crítico de análise social, articulado ao desenvolvimento de uma visão empática acerca das demandas e oportunidades presentes nas comunidades. Assim, os cursos de extensão não apenas fortalecem a formação acadêmica, mas também fomentam um compromisso transformador com a realidade social.

Já nos projetos de extensão, os estudantes são estimulados a percorrerem todas as competências técnicas e socioemocionais inerentes à sua formação, com o desenvolvimento de ações e intervenções na comunidade, através de um exercício comunitário. Projetos comunitários desempenham um papel crucial no fortalecimento do tecido social e na promoção do desenvolvimento sustentável, pois conectam as necessidades locais às soluções coletivas. Eles fomentam o engajamento da comunidade, criando oportunidades para a participação ativa dos cidadãos na construção de soluções para desafios sociais, econômicos e ambientais.

Consoante, a internacionalização se faz integrada não apenas por meio da oferta de cursos, projetos ou intercâmbio, mas, também, com o fortalecimento de parcerias interinstitucionais com IES ou outras instituições estrangeiras. Dessa forma, a internacionalização no ensino superior não se limita à oferta de cursos, projetos acadêmicos ou programas de intercâmbio, mas se consolida, sobretudo, por meio do fortalecimento de parcerias interinstitucionais com Instituições de Ensino Superior (IES) e outras organizações estrangeiras. Essas parcerias possibilitam a construção de redes de cooperação acadêmica, o compartilhamento de conhecimentos e práticas inovadoras, além da promoção de experiências formativas que transcendem os limites territoriais e culturais. Nesse contexto, a internacionalização é compreendida não apenas como um mecanismo de ampliação do alcance das instituições, mas também como uma estratégia que contribui para o desenvolvimento de competências globais, fomentando a troca de saberes em uma perspectiva interdisciplinar e intercultural.

Além disso, neste artigo, enfatiza-se a dimensão da solidariedade, intrínseca aos princípios da internacionalização, destacando seu potencial para promover uma integração regional e internacional mais equitativa e colaborativa. Ao privilegiar ações de cooperação acadêmica e científica pautadas na reciprocidade e no respeito à diversidade, a internacionalização solidária se configura como um caminho para o fortalecimento do compromisso social das IES, permitindo que o conhecimento produzido seja acessível e aplicável em diferentes contextos socioculturais.

O olhar para a integração entre Extensão e Internacionalização figura em longas discussões na Educação superior brasileira. Um exemplo importante foi liderado pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX), quando destacaram que:

Um dos objetivos da Política Nacional para a Extensão Universitária Brasileira é “atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional - especialmente latino-americana -, o que proporcionou, nos diferentes encontros, a elaboração de um documento considerando a “internacionalização universitária um dos fatores básicos de legitimação e reconhecimento das instituições de ensino superior (DEUS, 2020, p. 65).

Nesse sentido, Extensão e internacionalização são práticas acadêmicas concebidas como uma metodologia inter e transdisciplinar, caracterizadas por uma interação dialógica sistemática entre a universidade e a sociedade. Essa abordagem tem como objetivo formar indivíduos para uma cidadania ampliada, considerando perspectivas éticas, técnico-científicas, sociais, culturais e territoriais. Essa integração é fundamental para ampliar o impacto social e o alcance global das ações desenvolvidas pelas instituições de ensino superior. Essa articulação permite o compartilhamento de práticas, saberes e experiências entre diferentes culturas e contextos, promovendo uma aprendizagem mais rica e diversa.

Ao conectar comunidades locais a redes internacionais, a extensão universitária contribui para a resolução de desafios globais, como os ODS, enquanto fortalece a formação de estudantes e professores para atuar em um mundo interconectado. Essa abordagem fomenta o diálogo intercultural, desenvolve competências globais e reforça o papel das universidades como agentes de transformação social em escala local e internacional. Assim, sua integração internacionalização expande a relevância das ações universitárias, promovendo uma cidadania global e sustentável (DEUS, 2020).

As experiências de alunos matriculados em nossas IES, conectados com participantes de outras instituições, residentes em outros países, são exemplos significativos da integração entre formação acadêmica e responsabilidade social em contextos internacionais. Não somente as nossas IES, mas universidades ao redor do mundo frequentemente promovem iniciativas que envolvem

TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS COMUNITÁRIAS: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS EM PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

estudantes em projetos comunitários voltados para a solução de problemas locais, alinhados a desafios globais.

Essas experiências permitem que os estudantes desenvolvam competências interculturais, adaptabilidade e sensibilidade às dinâmicas culturais e históricas das comunidades atendidas. Além disso, proporcionam uma visão ampliada sobre desigualdades globais e soluções contextualizadas, reforçando a conexão entre o aprendizado acadêmico e sua aplicação prática. A participação em atividades de extensão em outros países também contribui para a internacionalização da formação acadêmica, ao expor os alunos a redes colaborativas e perspectivas globais. Essas vivências não apenas enriquecem o currículo, mas também promovem a cidadania global, posicionando os estudantes como agentes de mudança em um mundo interconectado.

A seguir, apresentamos quatro exemplos de desenvolvimento de atividades de extensão realizadas por participantes residentes em outros países e orientados por estudantes extensionistas, que englobam a contextualização local, realizada por meio de cursos de extensão, e projetos comunitários voltados para a intervenção social. Para o monitoramento e a validação das evidências de presencialidade, foram utilizadas ferramentas como geolocalização, registrando a presença nos territórios durante as atividades, complementadas por outros recursos, como a emissão de atestados de presencialidade. Os relatórios apresentados atenderam aos critérios estabelecidos, evidenciando a integração essencial entre extensão e internacionalização. Esses relatos demonstraram o envolvimento ativo dos estudantes e participantes em diferentes frentes de intervenção social, alinhando-se aos temas transversais das Diretrizes Curriculares Nacionais e promovendo uma formação acadêmica conectada às demandas locais e globais.

Este tópico do artigo demonstrará como o uso da geolocalização promove um acesso democrático às atividades de extensão. A plataforma de gestão de projetos, adotada como repositório institucional de evidências e metodologia de projetos, desempenha um papel central nesse processo. Ela permite que os estudantes e participantes construam, depositem e acompanhem suas trilhas de aprendizado, enquanto os docentes vinculados às turmas têm a possibilidade de monitorar, registrar feedbacks e avaliar todas as etapas desenvolvidas.

Os relatórios submetidos pelos estudantes e participantes seguem uma sequência estruturada, alinhada às diretrizes avaliativas da política de extensão, o que assegura a qualidade e a legitimidade das atividades realizadas. Para ilustrar o funcionamento dessa metodologia, apresentamos relatórios depositados por participantes em territórios diversos, como Austrália, Portugal e Angola. As imagens a seguir representam os arquivos em formato padronizado pelo template institucional. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os nomes e detalhes de endereços foram cuidadosamente ocultados para garantir a privacidade dos envolvidos.

Além do uso da geolocalização como critério de comprovação da presencialidade, outros mecanismos complementares foram aplicados para assegurar a autenticidade das atividades, como o acompanhamento contínuo do docente. Esse processo de validação docente, que inclui a análise detalhada de evidências e o registro de avaliações qualitativas, é indispensável para atender aos requisitos regulatórios da extensão universitária. Dessa forma, a integração tecnológica com a

Mayara Silva Nascimento, Cristina de Matos Boaventura, Juliana Paludo Vallandro, Tatiana da Silva Gomes, Juliana Lopez de Oliveira, Ivonete Steinbach Garcia

supervisão pedagógica garante a credibilidade do processo e o cumprimento dos objetivos formativos e sociais da extensão universitária.

Imagen 1: Relatório - A importância da inclusão de Libras na hospitalidade: desafios e soluções para melhorar a comunicação com hóspedes e colaboradores surdos

5 Ida ao local: Registros e Check-in

Atestado de Presencialidade
[Atestado de presencialidade](#)

Agenda no Local
• 2024-11-20

Nome da Instituição onde a atividade será realizada
Brisbane

Endereço do local da atividade
• Rua: Q [REDACTED]; Cidade:Brisbane, Estado:QL, Complemento:Australia

Check-in no Local - Geolocalização
O usuário EMANUELLE [REDACTED] adicionou uma localização na data 11/19/24 07:22:01.

Fonte: Produção vinculada à IES (2024).

Imagen 2: Relatório – Mão que conectam

5 Ida ao local: Registros e Check-in

Atestado de Presencialidade
[Atestado de Presença](#)

Agenda no Local
• 2024-11-25

Nome da Instituição onde a atividade será realizada
Web

Endereço do local da atividade
• Rua: Alameda [REDACTED], Cidade:Lisboa , Estado:LI, Complemento:Portugal

Check-in no Local - Geolocalização
O usuário POLIANA R [REDACTED] 11/25/24 17:59:44.

Fonte: Produção vinculada à IES (2024).

Ambos os relatórios acima foram desenvolvidos como atividade avaliativa do curso de extensão (com abordagem relacionada aos temas transversais das DCNs) intitulado “Libras e inclusão”. A imagem 1 representa um relatório desenvolvido na Austrália. Já a imagem 2 representa um relatório desenvolvido em Portugal. A escolha do tema foi feita pelos participantes, bem como os territórios para realização da atividade. Um dos elementos determinantes da avaliação é que os sejam capazes de demonstrar a conexão entre o tema e o seu desdobramento da realidade prática. Ambos os exemplos reforçam que a contextualização dos territórios em atividades de extensão é essencial para garantir que as ações sejam relevantes, eficazes e alinhadas às necessidades reais das comunidades. Ao compreender os aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e ambientais de um território, as instituições de ensino superior podem desenvolver projetos e intervenções mais significativos, que respeitem a identidade local e fortaleçam as dinâmicas comunitárias. Essa abordagem permite que as ações extensionistas transcendam a mera aplicação e conhecimentos técnicos, promovendo a troca de saberes entre a universidade e a sociedade, em

TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS COMUNITÁRIAS: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS EM PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

uma interação dialógica e transformadora. A seguir, são apresentadas evidências da utilização de geolocalização nos relatórios dos projetos de extensão comunitários. A imagem 3 representa um projeto desenvolvido em Angola e a imagem 4 realizado em Portugal.

Imagen 3: Relatório – Erradicação da pobreza

3 Ida ao local: Registros e Check-in

Atestado de Presencialidade

Nome da Instituição onde a atividade será realizada

Luanda

Endereço do local da atividade

Rua: P... Estado:EX, Complemento:Pais - Angola

Check-in no Local - Geolocalização

O usuário VALDELUCIA é localizado na data 10/17/24 14:48:07.

ERRADICAÇÃO DA POBREZA
Anima - Extensão - Projeto Comunitário

Fonte: Produção vinculada à IES (2024).

Imagen 4: Relatório – Morar melhor

3 Ida ao local: Registros e Check-in

Atestado de Presencialidade

Atestado de presencialidade - Julia Bonfim

Nome da Instituição onde a atividade será realizada

Câmara I...

Endereço do local da atividade

Rua: Largo S... Cidade:Olhão, Estado:PT, Complemento:Morro do Faro, Faro, Portugal

Check-in no Local - Geolocalização

O usuário JULIA A... na data 11/21/24 14:40:21.

Morar melhor
Anima - Extensão - Projeto Comunitário

Fonte: Produção vinculada à IES (2024).

Essa abordagem garante a integridade e a autenticidade das atividades realizadas, além de reforçar o alinhamento entre os objetivos acadêmicos, sociais e globais da extensão universitária. Essa abordagem garante a integridade e a autenticidade das atividades realizadas, além de reforçar o alinhamento entre os objetivos acadêmicos, sociais e globais da extensão universitária.

Além dos outros elementos utilizados como indicadores avaliativos da presencialidade, a geolocalização realizada *in loco* demonstrou um potencial decisivo para acolher as demandas dos estudantes que se encontram residentes fora do Brasil. A utilização da geolocalização, aliada a abordagens pedagógicas inovadoras, permite a personalização das ações extensionistas, elemento esse determinando do modelo de currículo adotado nas IES do Grupo. Ademais, é capaz de promover intervenções mais alinhadas às realidades dos estudantes, participantes e aos desafios

enfrentados em seus contextos específicos. Assim, identificamos que o recurso fortaleceu o vínculo entre a IES e os estudantes, ampliando o alcance das atividades extensionistas e garantindo maior representatividade.

6 Conclusão

Diante do exposto, ao incorporar as especificidades territoriais no planejamento e execução das atividades de extensão, as IES reafirmam seu papel como agentes de transformação social, promovendo o desenvolvimento sustentável e a redução de desigualdades em escala local e global. A abordagem baseada na geolocalização, portanto, não apenas potencializa a presença regulatória, mas também reafirma o compromisso das instituições com a construção de soluções colaborativas e de impacto transnacional, especialmente a partir dos princípios da Educação a Distância. Tais elementos foram evidenciados nas experiências extensionistas ilustradas ao longo deste estudo, mesmo com uma amostra reduzida, tendo em vista as escolhas metodológicas para este momento.

Referências

- BRASIL (CNE). **Resolução n. 7, de 7 de dez. de 2018:** estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da lei n.13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação -PNE 2014-2024 e dá outras providências; 2018a. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05/01/2025.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei Federal 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras exceções. Brasília, DF, 25. jun. 2014. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12/01/2025.
- DEUS, S. **Extensão universitária:** trajetórias e desafios. Santa Maria, RS: Ed.PRE-UFSM, 2020.
- OLIVEIRA, I. M.; CHASSOT, A. **Saberes que sabem à extensão universitária.** Jundiaí, SP: Paco editorial, 2019.
- PNEU - **Política Nacional de Extensão Universitária.** Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. (2012).
- ROVATI, J; D'OTTAVIANO, C. Os territórios da extensão universitária. **Para além da sala de aula:** extensão universitária e planejamento urbano e regional. Tradução. São Paulo: FAUUSP/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017. Acesso em: 12 jan. 2025.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 2000.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** SP: Expressão Popular, 2007.